

Flamarion Maués*

Editoras políticas no Porto, anos 1960-1970: da oposição à ditadura ao pós-25 de Abril

R E S U M O | *As editoras de caráter político tiveram marcante atuação desde o final dos anos 1960 até o final da década seguinte em Portugal. Elas se caracterizavam por editar obras de oposição ao regime salazarista e, após o 25 de Abril, títulos que ampliaram o debate político no país. Pelo menos 24 dessas editoras tinham sua sede na cidade do Porto, mas sua atuação atingia todo o país. Neste artigo apresento um levantamento dessas editoras e analiso mais detidamente a atuação de algumas delas. Em conclusão, aponto que tais editoras tornaram-se um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento. Palavras-chave: Edição política, Editoras políticas do Porto, Editoras de oposição.*

A B S T R A C T | *Some publishing houses in Portugal had a notable political role from the end of the 1960s to the late 1970s. They published books that clearly opposed Salazar's regime, and after the Revolution of April 25th they kept publishing works that greatly contributed to the political debate in the country. At least 24 of these political publishing houses were located in the city of Oporto, although their distribution and influence could reach the whole of Portugal. In this paper I present a general outline of these publishing houses and analyze in detail some of them. To conclude, I indicate which publishing houses were more important in the Portuguese political process both before and after the Carnation Revolution, pointing out some specificity of Oporto political publishing features. Keywords: Political publishing, Political Publishing houses in Oporto, Oppositional publishing houses.*

Edição e política

No Porto, maior cidade da região Norte de Portugal, houve nas décadas de 1960 e 1970 pelo menos duas dezenas de editoras que publicaram livros políticos e de oposição ao regime do Estado Novo, com clara intenção de intervenção nos debates e lutas políticas da época. Mesmo antes do 25 de Abril, quando o exercício do direito de oposição estava severamente restrito e vigiado pela ditadura, tais editoras marcaram presença.

Na investigação que realizei sobre a edição política em Portugal entre 1968 e 1980¹, verifiquei que houve mais de uma centena de editoras de caráter político em atuação no país nesse período, sendo que pelo menos 24 delas situavam-se na cidade do Porto. Eram editoras que publicavam obras que questionavam ou se opunham ao regime salazarista, de forma mais ou

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

¹ Flamarion Maués Pelúcio Silva, "Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80" (tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2013). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07112013-131459/en.php>>.

menos direta. Editavam obras de ficção em prosa e poesia de carácter crítico ou questionador, seja de questões sociopolíticas ou de costumes e moral; livros de contestação política, por exemplo, com textos da oposição democrática, com a reprodução de processos contra opositores, sobre movimentos estudantis ou com críticas a Salazar ou ao regime do Estado Novo; livros de, ou sobre, presos políticos; obras questionando a política colonial, questões económicas e agrárias; livros que abordavam sob uma perspectiva crítica a visão oficial da história imposta pelo regime salazarista; obras sobre o pensamento socialista e comunista (“comunizantes” ou “subversivas”, segundo a censura salazarista); livros que tratavam da pobreza, das condições de vida e das desigualdades sociais em Portugal.

E depois de Abril de 1974 estas editoras passaram a publicar obras que descreviam a resistência e a repressão durante o salazarismo; títulos que haviam sido proibidos até então; textos programáticos de organizações de esquerda e documentos dos movimentos de libertação africanos; livros sobre os países socialistas; e uma profusão de obras de divulgação das doutrinas socialista e comunista.

Parte dessas editoras realizava o que podemos chamar de *edição política*, ou seja, um tipo de trabalho editorial que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, conforme definição de François Valloton e Julien Hage². Os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se, de início, em função principalmente da oposição ao salazarismo, que a partir de meados dos anos 1960 se ampliou e passou a incorporar alguns setores sociais que até então não tinham papel importante nesses embates, como é o caso dos setores católicos que passam a militar na oposição.

Nesse contexto, a edição apresentava-se como instrumento de intervenção política com forte potencial a ser explorado pelos setores que buscavam opor-se e contestar a situação vigente. Isenta, na prática, da censura prévia, a edição de livros beneficiava desse fator se comparada à imprensa, pois, ainda que a lei estabelecesse a obrigatoriedade de censura prévia aos livros que tratassem de “assuntos de carácter político ou social”³, a verdade é que a grande maioria dos editores de livros não submetia suas obras previamente à censura, sujeitando-se ao risco de vê-las apreendidas após a edição, com as perdas económicas que isso implicava.

Devemos ressaltar que tratamos neste artigo tão-somente das editoras situadas no Porto, e apenas do período entre o final dos anos 1960 e o final da década seguinte. É importante destacar isso, pois há casos em que a atuação de algumas editoras teve suas características modificadas nesse período. Levando-se isso em consideração, eis a lista das editoras de carácter político atuantes no Porto no período mencionado (entre parênteses está a data de fundação das editoras):

- Livraria Apostolado da Imprensa (anos 1920)
- Portucalense (1928)
- Brasília (anos 1950)
- Afrontamento (1963)
- Inova (1968)
- Paisagem (1969)
- Cadernos Textuais (1969)
- Latitude (1970/71)

² Julien Hage, “Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d’éditeurs politiques d’extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982” (Thèse de Histoire Contemporaine, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Batiment D’Alembert, 2010); François Valloton, “Édition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)”. In *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, dir. Léonard Burnand, Damien Carron, Pierre Jeanneret (Lausanne: Editions d’en bas, 2007), 7-26.

³ A base legal para a censura prévia aos livros era o Decreto 22.469, de 11 de abril de 1933. Ver: MOURA, F. Pereira de Moura *et al.*, *O estatuto da imprensa* (Lisboa: Prelo, 1968), 14-15.

- Cadernos para o Diálogo (1971)
- Edições do Povo (1971)
- Telos (1972)
- Textos Marginais (1972)
- A Regra do Jogo⁴ (1973)
- O Grito do Povo (1973)
- Escorpião/Textos Exemplares (1973)
- Estrela Vermelha (1974)
- Sementes (1974)
- Textos Políticos (1974)
- Textos da Revolução (1974)
- A Opinião (1975)
- Contra a Corrente 1975
- Limiar (1975)
- Nova Crítica (1975)
- Rés (1975)

Como podemos constatar, a maior parte das editoras (15) surgiu antes do 25 de Abril, e nove foram criadas a partir dessa data. Isso mostra que mesmo no período pré-25 de Abril, em particular durante o Marcelismo, já havia um razoável movimento editorial de caráter oposicionista no Porto, e em Portugal de modo geral.

Interessante destacar a presença de três editoras ligadas aos setores da oposição católica: Livraria Apostolado da Imprensa, Telos e Afrontamento – sendo que esta última em sua fase mais importante extrapolou muito esse âmbito de apoiadores. Duas outras editoras tinham já atuação havia certo tempo – a Portucalense e a Brasília –, mas tiveram suas linhas editoriais afetadas no período do Marcelismo.

Outras editoras são resultado de iniciativas de editores independentes, como João Barrote (Paisagem e Escorpião/Textos Exemplares), António Daniel Abreu (Cadernos para o Diálogo, Textos Marginais, Rés e Nova Crítica), José Carvalho Branco (Brasília), José Leal Loureiro (A Regra do Jogo), Egito Gonçalves e Eugénio de Andrade (Limiar) e José da Cruz Santos (Inova). Lugar especial entre os editores cabe a Henrique A. Carneiro, proprietário da Gráfica Firmeza que assumiu a responsabilidade por inúmeras edições realizadas por diferentes editoras e autores, e de quem ainda falaremos mais adiante. Somente após o 25 de Abril ele criou a sua editora, a Textos Políticos.

Havia ainda outro conjunto de editoras que tinha vinculações com grupos políticos. Eram maoístas as Edições do Povo; Textos da Revolução; O Grito do Povo (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa/OCMLP), Sementes e Estrela Vermelha (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado/MRPP). Vinculada ao Partido Comunista de Portugal (PCP) tínhamos A Opinião. E a Contra a Corrente era ligada ao jornal *O Combate*, que defendia a auto-organização dos trabalhadores.

A Latitude e a Portucalense (esta apenas no curto período 1971-72) eram ecléticas, reunindo trotskistas, maoístas e setores dos católicos progressistas. Também a Afrontamento, a Cadernos Para o Diálogo, a Escorpião/Textos Exemplares e A Regra do Jogo tinham esse caráter eclético do ponto de vista ideológico.

Antes de apresentar algumas notas sobre essas editoras, apresento a seguir uma visão muito breve de livrarias que, no Porto, vendiam os livros publicados por estas editoras políticas antes do 25 de Abril.

⁴ As editoras A Regra do Jogo, O Grito do Povo e Contra a Corrente tinham suas sedes tanto na cidade do Porto como em Lisboa.

Livrarias de oposição

Os livros políticos podiam ser encontrados em algumas livrarias da cidade que também tinham posturas oposicionistas (mas não só nestas), como a Divulgação, talvez a mais destacada de todas as “livrarias de oposição” do Porto, tendo à frente Carlos Porto e Fernando Fernandes, este último o continuador da empresa em sua segunda fase, quando passou a se chamar Livraria Leitura⁵.

Importante também foi a Unicepe (Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto). Na altura, surgiram em várias cidades cooperativas livreiras, que tinham como objetivo facilitar a aquisição de livros por estudantes e professores, e acabavam também por difundir obras proibidas, literatura marxista e livros que questionavam o regime salazarista.

Outra livraria de oposição era a Paisagem, na rua José Falcão, que tinha, nos fundos, um pequeno compartimento, “que estava sempre fechado, pelo que os clientes não se davam conta, onde só tinham livros ‘fora do mercado’, cujo acesso só permitiam a pessoas conhecidas, de confiança”, lembra José Manuel Lopes Cordeiro⁶.

Vale lembrar a livraria e distribuidora Latitude, na rua de Santo Ildefonso, que fechou as portas ainda antes do 25 de Abril. E também a Livraria A Educação Nacional, na rua da Fábrica, “uma livraria editora que publicava obras afectas ao regime, mas que no rés-do-chão de um prédio contíguo, um autêntico cubículo, que habitualmente estava de porta fechada, tinha e vendia os livros proibidos”⁷.

Lopes Cordeiro lembra que “Havia ainda um outro conjunto de livrarias que, embora não tão ‘especializadas’, também vendiam livros ‘fora do mercado’, embora com menos ‘sortido’”⁸.

Todas essas livrarias tinham muito cuidado na venda dos livros políticos, pois eram muito vigiadas pela PIDE. A maior parte desses livros era produzida pelas editoras de carácter político. A seguir destaco algumas dessas editoras, situadas no Porto, que tiveram atuação importante no período, e ao mesmo tempo procuro mostrar a diversidade política e ideológica que as caracterizava, ressaltando ainda o papel de seus editores para que conseguissem alcançar os objetivos que se propunham.

Algumas editoras políticas do Porto

Afrontamento

Editora cujas origens remontam a 1963, com o lançamento da coleção de antologias “Afrontamento”, publicada no Porto por um grupo composto de “jovens católicos progressistas, que tinham uma perspectiva mais atuante da religião no campo social, e gente de esquerda não conotada com o Partido Comunista”⁹. Os livros eram coordenados e editados por Pedro da Conceição Francisco, jovem “provindo da Guiné-Bissau em maio de 1966 e desde há muito ligado às JUC [Juventude Universitária Católica] do Porto”¹⁰.

Os livros desta coleção traziam na contracapa a seguinte frase, de Emmanuel Mounier, que resumia o espírito que motivava seus editores: “Quando a desordem se torna ordem, uma atitude se impõe: afrontamento”.

Em 1967 o grupo em torno da Afrontamento se amplia e busca dar início a uma nova fase

⁵ Carlos Porto, *Livrarias e livreiros, 1945-1994. Histórias portuenses* (Porto: Livraria Leitura, 1994), 87-112.

⁶ Mensagem eletrônica de José Manuel Lopes Cordeiro ao autor em 24/2/2014.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem*.

⁹ Entrevista com José Sousa Ribeiro na cidade do Porto em 24/3/2011. Todas as falas de Ribeiro que aqui aparecem provêm dessa entrevista, assim como grande parte das informações utilizadas neste item.

¹⁰ Mário Brochado Coelho, *Confronto, memória de uma cooperativa cultural: Porto 1966-1972* (Porto: Afrontamento, 2010), 24-25.

de publicações. Nesse momento, alguns dos membros do grupo são: Pedro Francisco, Mário Brochado Coelho, Raul Moura, Pedro Barros Moura, José Leal Loureiro, Eneias Comiche, Machado Cruz, Artur Castro Neves, Arnaldo Fleming, José Carlos Marques, Eugénio Furtado, Gaspar Barbosa, Bento Domingues, David Miranda¹¹, César Oliveira e José Soares Martins (que utilizava o pseudônimo de José Capela). Várias dessas pessoas atuavam na cooperativa cultural Confronto, criada no Porto em 1966.

Até este momento, a estrutura editorial e comercial existente em torno da Afrontamento era amadora, militante, o que criava algumas limitações para a produção e circulação dos livros editados. É em 1971 que se inicia efetivamente a segunda etapa da atuação do grupo, com o incremento das edições e a sua ampliação. É a partir de então que de fato se pode falar em uma Editora Afrontamento, com coleções diversificadas de livros, constância nos lançamentos e uma melhor estrutura comercial, mais profissional.

José Sousa Ribeiro, que era nessa época um jovem estudante de economia na Universidade do Porto, aproximou-se do grupo por afinidade, acabando por ser, pouco depois, profissionalizado pela então embrionária editora, ocupando-se da produção dos livros e da sua venda para as livrarias¹².

De acordo com Ribeiro, a nova fase da editora começa com a iniciativa do advogado Mário Brochado Coelho de editar um livro sobre o processo judicial contra um militante da luta anticolonial preso em Angola, dando origem à obra *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, em julho de 1971. “No blecaute de informações que havia na época, essa era uma forma de furar esse bloqueio. Este livro teve uma grande difusão e saiu com a chancela Afrontamento”, lembra Ribeiro. Ele afirma que o sucesso de vendas desse livro – que teve tiragem de 20 mil exemplares – e o entusiasmo que ele gerou, levaram a que se começasse a estruturar melhor essas atividades e que se evoluísse para um empreendimento mais organizado.

Os recursos obtidos com o livro foram cedidos por Brochado Coelho e serviram de base para o incremento das edições, que passaram a um ritmo acelerado. Apenas em 1971 foram pelo menos seis títulos, editados entre julho e dezembro. Em 1972 e 1973 foram cerca de dez títulos por ano.

Os títulos publicados nesses anos têm marcadamente um caráter de oposição ao governo de Marcelo Caetano, com forte ênfase em temas relacionados com a luta anticolonial. Merece destaque a coleção Bezerro D’Ouro, cuja característica era reproduzir em seus volumes peças jurídicas de processos contra opositores: pedidos de *habeas corpus*, medidas de segurança, reprodução da legislação em vigor, autos de interrogatório, acórdãos de tribunais etc. Tratava-se, portanto, de documentos oficiais, o que tornava embaraçoso para o governo a sua censura. Foi, sem dúvida, um subterfúgio inteligente, apesar de boa parte desses livros ter sido posta “fora de mercado”, ou seja, foram censurados ou apreendidos da mesma forma. Todavia, a censura ou a apreensão não significavam, na maior parte dos casos, que os livros efetivamente deixavam de circular, como veremos adiante.

Os livros da coleção Bezerro D’Ouro tiveram grande êxito, venderam milhares de exemplares. O sucesso dessa e de outras coleções da Afrontamento tornou a editora rapidamente conhecida em todo o país.

Nessa segunda etapa, diz Ribeiro, alguns dos católicos progressistas “foram se afastando do catolicismo, passando a engrossar as fileiras de uma esquerda não filiada nas organizações políticas clandestinas que existiam. Era um grupo muito marcado pelas questões anticoloniais”. De fato,

¹¹ *Ibidem*, 41.

¹² Entrevista com José de Sousa Ribeiro, Porto, 24/3/2011.

nessa etapa, esse foi o ponto forte do combate político da editora: “Aquilo que afrontava mesmo ao regime de maneira radical eram as questões coloniais. E fomos radicais nisso”, afirma Ribeiro.

Em janeiro de 1973 é criada a primeira sociedade comercial por cotas, uma distribuidora de livros, com nove sócios. Uma sede foi alugada e a editora passou a ter alguns funcionários. “Até então era uma coisa informal, tudo era feito como edição do autor”, lembra Ribeiro.

O recurso à “edição do autor” ocorria devido aos riscos existentes na edição de livros de oposição ao regime: “Estávamos conscientes de que a atividade do ponto de vista político era arriscada. A consequência menor, desse ponto de vista, era a apreensão dos livros pela polícia política, 90% dos livros que publicamos era esse o destino que tinham”, lembra Ribeiro.

A edição do autor era uma maneira de tentar escapar à ação repressiva. Ribeiro lembra que eram apresentados como editores das obras o autor ou personalidades públicas, o que tornava mais difícil a atuação policial. “O livro *Presos políticos*, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, de 1972, é um exemplo disso”, recorda. Os editores eram três personalidades de âmbito nacional (Armando de Castro, Francisco Pereira de Moura e Filipe Lindley Cintra), contra quem a polícia dificilmente poderia agir com grande violência.

A ação repressiva de apreensão dos livros tinha resultados apenas parciais, pois, como destaca Ribeiro: “Havia um sistema já completamente montado para obviar isso. Nós podíamos publicar um livro que era apreendido imediatamente mas apesar disso vender milhares de exemplares dessa edição. Desenvolvemos a venda mão-a-mão, ou seja, havia uma grande rede de amigos da editora que compravam dez, vinte exemplares e os revendiam fora do mercado livreiro. Os livreiros, fossem quais fossem as suas ideias, eram extremamente solidários, compravam os livros, punham um em exposição e guardavam os outros, vendiam apenas a quem conheciam. A polícia apreendia o exemplar que estava exposto, mas não os escondidos. Muitas vezes isso até aumentava as vendas, porque havia gente que comprava livros porque eles tinham sido apreendidos. Então os livros circulavam sempre, mesmo aqueles que eram apreendidos”.

Uma terceira fase na vida da Afrontamento se inicia com o 25 de Abril. O fim da censura, das apreensões e a efervescência política que se iniciou a partir de então tiveram reflexos diretos sobre a atuação da editora. Ribeiro lembra que: “Logo em seguida ao 25 de Abril fizemos livros com tiragens nunca pensadas até aí. Uma das nossas primeiras investidas então foi publicar a história das zonas colonizadas, digamos assim, dos movimentos de libertação, a *História de Angola* que o MPLA divulgava, da Frelimo sobre Moçambique, do PAIGC sobre a Guiné. A *História de Angola* deve ter tido 80 mil exemplares, exportamos uma parte para Angola, mas a um preço declaradamente mínimo. Nunca aproveitamos disso para capitalizar, nestes casos vendíamos próximos do preço de custo. Prestamos um serviço claramente importante do ponto de vista político, mas nunca perdemos a independência. Sempre quisemos manter a independência, isso pareceu-nos importante após o 25 de Abril”.

Nessa etapa, Marcela Torres, então militante do Movimento de Esquerda Socialista (MES)¹³, passou a atuar de forma mais intensa na editora.

Por outro lado, a liberdade para editar era também uma situação que trazia novos desafios do ponto de vista comercial. Foi necessário, até certo ponto, redirecionar a editora, como explica Ribeiro: “Outros editores começaram a editar coisas de conteúdo político e, portanto, vieram fazer-nos concorrência. Isso teve algum impacto. Decidiu-se que a Afrontamento começasse a se abrir a outros campos de edição, e não apenas à edição de conteúdo político. Abrimos essencialmente para dois campos, o campo universitário (ciências sociais e humanas) e a literatura

¹³ “O leitor (in)penitente”, *Blogue Incursões* (11/1/2007), (disponível em <http://incursoes.blogspot.com.br/2007/01/o-leitor-impenitente-10.html> - consultado em out. 2012).

infanto-juvenil”.

No que diz respeito à edição política, a editora manteve um caráter de independência em relação a grupos políticos, e editou obras de várias tendências à esquerda do PCP, mas sem se deixar “aparelhar” por nenhum grupo. “Havia uma certa heterogeneidade entre as pessoas que compunham a editora, havia um certo entendimento nessa heterogeneidade, ninguém quis estragar esse ambiente”, diz Ribeiro. “Essa heterogeneidade criava uma independência face aos grupos”.

Até o final da década de 1970 os livros políticos tiveram grande peso na produção da editora, mas a partir desse momento foram perdendo espaço, apesar de a Afrontamento nunca ter deixado de publicar obras de caráter político – como faz até os dias de hoje.

Ribeiro explica que “A partir do princípio dos anos 1980 a editora foi confrontada com questões de outra natureza, questões de viabilidade econômico-financeira que têm a ver com opções empresariais”. Para ele isso se deveu a um certo declínio da linha tradicional de publicação da editora. “A editora se descaracteriza um pouco a partir daí, até porque a sociedade mudou muito também nesse período. E fomos confrontando-nos com a vida de uma empresa normal, com os altos e baixos dos ciclos econômicos, com as crises etc.”.

No período entre 1968 e 1980, a Afrontamento publicou cerca de 150 títulos de caráter político. Atualmente, a Afrontamento mantém-se como uma editora independente. Ribeiro continua como um dos responsáveis pela editora.

Ribeiro faz uma avaliação ponderada sobre o papel da editora desde a sua criação: “Sobretudo antes do 25 de Abril, numa altura em que a informação estava completamente bloqueada em Portugal, a possibilidade de publicar coisas que não eram controladas era extremamente apelativa, era um desafio. E acho que desse ponto de vista levamos isso ao limite no contexto da situação fechada que havia. E isso deu o seu contributo para abrir algumas cabeças. A importância do nosso trabalho foi fazer com que certas coisas se tornassem públicas, que abandonassem a clandestinidade a que estariam reservadas. Não quer dizer que isso tivesse uma importância desmesurada, não foi por isso que caiu o fascismo, mas a verdade é que tudo conflui, o rio engrossa se houver muitos fios d’água a ajudar, e a Afrontamento foi um desses fios d’água. Nunca ninguém quis reivindicar mais do que isso”.

Editorial Inova

Editora criada em 1968 por José da Cruz Santos, que iniciou sua vida editorial nas Publicações Europa-América e, em 1963, a convite de Agostinho Fernandes, tornou-se coordenador literário da Portugália Editora.

Alguns anos depois decidiu voltar ao Porto e criar a sua editora, a Inova¹⁴. Cruz Santos recorda que: “As pessoas não imaginam o que era constituir uma editora naquela altura: era necessária uma autorização, que vinha da Presidência do Conselho, e foi preciso meter uma cunha a um homem a quem chamavam ‘o Lápis de Salazar’, um tal Paulo Rodrigues”¹⁵.

Inicialmente, a Portugália era sócia da Inova, o que “facilitou as coisas”, lembra Cruz Santos¹⁶. Óscar Lopes, escritor e militante do PCP, foi chamado para ser o diretor literário¹⁷, e

¹⁴ Nuno Medeiros, *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (Lisboa: ICS, 2010), 244-45.

¹⁵ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”, Público, Lisboa (1/4/2012), (disponível em <http://www.publico.pt/Cultura/jose-da-cruz-santos-um-inventor-de-livros-1540311?all=1> - consultado em 15/04/2012).

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Sobre a atuação de Lopes na Inova, Cruz Santos afirmou: “Ele não se importava de fazer as coisas mais simples, lia originais, fazia as badanas dos livros, escrevia folhetos de divulgação”. Ver: “Homem da palavra, leitor emocionado”, *Diário de Notícias*, Lisboa (1/10/2007), (disponível em <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article2517> - consultado em 16/4/2011).

o artista plástico Armando Alves assumiu a direção de arte da editora¹⁸.

A Inova caracterizou-se por suas coleções de poesia e pelas obras de ficção. Mas também publicava livros de atualidades, jornalísticos e da área de ciências sociais, além de livros técnicos. As obras políticas representavam, portanto, apenas uma pequena parte de sua produção.

Mas a característica mais marcante da Inova foi sem dúvida a inovação gráfica de seus livros, cuja criação era de Armando Alves. Os volumes da editora usavam quase sempre duas cores nas páginas iniciais e finais do livro, trazendo um diferencial que os destacava em relação às demais editoras.

Cruz Santos era simpatizante do PCP, e tinha ligações com outros setores da oposição democrática. Essas ligações se refletirão na escolha de alguns títulos publicados e no rol de autores da editora.

Antes do 25 de Abril, a Inova editou obras de caráter político, tanto sobre temas nacionais quanto sobre questões internacionais. Neste último caso, foi recorrente a edição de obras que valorizavam a resistência à dominação nazista na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Em relação a temas ligados à realidade portuguesa, alguns títulos se destacam. É o caso das obras *Eleições de 1969: documentos eleitorais da Comissão Democrática do Porto*, que teve seleção e prefácio de Virgínia Moura (1971); *Em defesa do pensamento científico (Um incidente / Os condicionamentos do ensino superior)*, de Armando de Castro (1973), trazia as peças do processo a que o autor foi submetido pelo Ministério da Educação Nacional e que levou ao seu afastamento do ensino superior; *Intervenção política: textos integrais* (seleção e edição de Humberto Soeiro), com os principais documentos dos democratas de Braga entre 1949 e 1970.

A publicação destes e de outros livros fizeram com que a Inova fosse alvo constante da polícia política. “Entre livros proibidos e apreendidos, foram cerca de 40 títulos”, afirma Cruz Santos¹⁹. Após o 25 de Abril a Inova continuou a editar algumas obras políticas, inclusive com a edição de alguns títulos que denotavam a proximidade entre a editora e o PCP: *A resistência em Portugal*, de José Dias Coelho (1974), militante comunista assassinado em 1961; *O que é o comunismo?*, de Georges Cogniot (1974); *Agonia e morte de Lenine*, de Máximo Gorki e Gerard Walter, traduzido por Egito Gonçalves (1974); e a coletânea *Companheiro Vasco* (1977).

Esta última obra foi efetivamente uma ação política da Inova de apoio e desagravo ao ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que era apoiado pelo PCP. A obra, editada em setembro de 1977, começou a ser elaborada cerca de dois anos antes, em outubro de 1975, quando “a Editorial Inova publicou anúncios pedindo a colaboração para um livro de depoimentos diversos sobre Vasco Gonçalves [...] nome consagrado então por uma grande massa do povo trabalhador que via no ex-primeiro-ministro a figura ímpar da Revolução de Abril”²⁰. O anúncio, publicado dois meses após a saída de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro do V Governo Provisório, tinha o seguinte título: “Companheiro Vasco. Homenagem nacional a Vasco Gonçalves, ao revolucionário do MFA, ao governante devotado ao povo, ao português de honra”.

Esta iniciativa é um exemplo excelente de como a edição de uma obra pode ser uma ação política de uma editora, desde a sua concepção até o lançamento do produto final, servindo para mobilizar pessoas, engajá-las em um projeto editorial e interferir – ou tentar interferir – de modo real na conjuntura política.

No entanto, o fim da ditadura foi mais negativo do que positivo para a editora, pois, de acordo com Cruz Santos, até o 25 de Abril “grande parte dos livros era escoada para África – mais

¹⁸ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Texto publicado na badana do livro *Companheiro Vasco* (Porto: Inova, 1977).

de 60% da tiragem, em algumas obras –, e no pós-25 de Abril não foi mais nenhum”²¹, o que teria causado graves perdas para a Inova.

A editora ainda se manteve em atividade até 1980, mas o último título político parece ter sido o livro *Companheiro Vasco*, em 1977.

A Editorial Inova publicou entre 1968 e 1977 cerca de 35 livros de caráter político. Isto equivale a algo como 20% da produção da editora nesse período. Predominavam na sua produção as obras de literatura, principalmente ficção e poesia.

Sem ser uma editora vinculada a um grupo ou partido político, parece certo que a proximidade do proprietário da Inova ao PCP foi fator que teve repercussão nas obras políticas por ela editadas, mas sem transformá-la de modo algum em uma editora de partido.

Cadernos Para o Diálogo

Editora criada em 1971 por António Daniel Abreu. Sua origem relaciona-se à atividade profissional de Abreu na Editora Paisagem, pouco antes, onde ele trabalhava no setor de vendas.

Abreu tinha ligações com setores católicos progressistas, que faziam oposição à ditadura, e tinha feito parte da Juventude Operária Católica (JOC) e do Gedoc (Grupo de Estudos e Documentação).

Depois que saiu da Paisagem, no começo da década de 1970, Abreu foi trabalhar na editora Inova. Lá ficou pouco tempo, pois decidiu começar a editar por conta própria. “Comecei a editar em 1971. Eu tinha 19 anos, então a minha mãe teve que me dar a emancipação, pois eu era menor de 21 anos”, conta Abreu²², que desde 1986 vive no Brasil.

“O Abreu, do seu trabalho de vendas, percebeu que havia espaço para fazer publicações de orientação oposta ao regime, que condiziam com os sentimentos dele de opositor da ditadura, e começou a fazê-las, com todo o atrevimento e ingenuidade”, lembra João Barrote²³, que trabalhou com Abreu na Editora Paisagem.

A primeira editora criada por António Daniel Abreu foi a Cadernos Para o Diálogo, que editou seis títulos em 1971. Entre os autores estavam Marx (*Trabalho assalariado e capital*), Engels (*A questão do alojamento*), D. Helder Câmara (*Espiral de violência*) e Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*). Este último livro, em particular, “era uma afronta para o regime, porque a palavra colonialismo tinha sido banida em Portugal”, lembra Abreu.

Tais lançamentos não passaram despercebidos pela polícia política. Abreu recorda que: “A Cadernos Para o Diálogo publicou livros, digamos, muito avançados, a polícia política, a PIDE/DGS, veio em cima de mim, apreendeu tudo, fizeram um processo, e eu tive que parar com aquilo porque não tinha mais condições. Qualquer livro que saísse eles vinham em cima de mim”.

Para tentar escapar à perseguição e ao estigma que a Cadernos Para o Diálogo tinha criado junto à PIDE, Abreu resolveu encerrá-la e iniciar uma outra editora. “Foi quando eu comecei a Textos Marginais, com uma proposta diferente, mais aberta”, diz Abreu.

Textos Marginais

Criada por António Daniel Abreu, em 1972, para dar continuidade à sua atividade de editor, que se iniciara com a Cadernos Para o Diálogo. A criação da Textos Marginais foi a forma encontrada por Abreu para tentar escapar à perseguição política que aquela editora sofria, já que

²¹ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”.

²² Entrevista com António Daniel Abreu, São Paulo, 23/8/2012. Todas as demais falas de Abreu provêm desta entrevista.

²³ Entrevista com João Barrote, freguesia de Arnoia, concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga, 22/6/2011.

qualquer título que viesse a ser publicado pela Cadernos Para o Diálogo estava fadado à censura e à apreensão.

Os livros editados pela Textos Marginais se caracterizavam pelo marcado caráter político e ideológico ligado ao pensamento transformador, de esquerda e marxista, mas não tocavam diretamente na questão colonial, que, na opinião de Abreu, era o ponto que mais incomodava o regime.

Antes do 25 de Abril a Textos Marginais publicou livros como: *O sistema irracional*, de Paul Baran e Paul Sweezy (1972); *A guerra civil de Espanha*, de Andrés Nin (1972); *Contribuição para a história do cristianismo primitivo*, de Karl Marx e Friedrich Engels (1972); *Uma educação para a liberdade*, de Paulo Freire (1972); *O novo mundo industrial e societário e outros textos*, de Charles Fourier (1973); e *Império e imperialismo americano*, de Celso Furtado e outros (1973).

António Abreu recorda que: “Os livros da Textos Marginais eram um sucesso. Quando fiz o primeiro eu tinha um certo receio, porque a polícia vinha sempre em cima de mim, então eu comecei com 1.500 exemplares, que já saíam praticamente vendidos. Aí eu fui aumentando a tiragem até que cheguei a 10 mil a tiragem inicial. E vendia tudo”.

Um dos maiores sucessos da editora foi o livro *O combate sexual da juventude*, de Wilhelm Reich, publicado em 1972, que vendeu quase 30 mil exemplares. “Quando eu resolvi editar este livro todo mundo disse que eu estava louco, que eu seria preso, mas resolvi editar assim mesmo. Foi um sucesso, vendeu uns 20 mil, 30 mil exemplares. Eu tirei os primeiros 5 mil e vendeu tudo em 24 horas”, lembra Abreu.

Depois do 25 de Abril, num primeiro momento os livros continuaram com boas vendas, conta Abreu. Mas os novos tempos trouxeram mudanças para o setor editorial: “As coisas mudaram radicalmente. Antes do 25 de Abril o livro saía com o rótulo de proibido, então havia todo um mercado paralelo, que se formou em função disso, as livrarias recebiam os livros que sabiam que seriam proibidos e já tinham uma forma de os vender, recebiam os livros e nem expunham, ficavam debaixo do balcão e havia os clientes certos que iam lá e compravam. Eram tiragens de 3 mil, 4 mil exemplares e vendia tudo. Normalmente uns 30% ou 40% da tiragem eram já destinados para a apreensão, a gente já contava com aquilo. Com o 25 de Abril surgiram dezenas de editoras, e naturalmente eu também perdi espaço, eu tive que me afastar de algumas coisas e mudar o rumo”.

Abreu lembra, com ironia, que “Com o 25 de Abril todos se transformaram em revolucionários”. Mas, depois de cerca de dois anos em que a agitação política foi intensa e venderam-se livros políticos como nunca em Portugal – de abril de 1974 até o final de 1975 –, o mercado para este tipo de livro começou a diminuir. “Depois, já em 1976-78, começou a haver uma definição de mercado. O mercado começou a ser muito mais seletivo, ficaram alguns, a Afrontamento, a Centelha [de Coimbra], o resto caiu tudo”, diz Abreu, que completa: “O interesse pelo livro político caiu muito. O interesse era motivado, em grande parte, pela repressão política”.

António Abreu avalia da seguinte forma a atuação das editoras políticas em Portugal no período que precede ao 25 de Abril e nos anos imediatamente seguintes ao fim da ditadura: “Acho que as editoras que publicaram livros políticos tiveram um papel importante na formação política, porque não existia formação política em Portugal devido ao longo período da ditadura. A maioria dessas pequenas editoras era ligada a algum movimento. Elas não tinham uma visão comercial, eram idealistas que faziam aqueles livros”.

A editora atuou até 1977, tendo publicado 28 títulos. Abreu criou mais duas editoras em Portugal – Rés e Nova Crítica –, sempre no Porto. Em 1986 mudou-se para São Paulo, onde vive

desde então, também exercendo a profissão de editor, à frente da editora Landy.

Em alguns livros da *Textos Marginais* aparece o seguinte crédito: “Edição: Henrique A. Carneiro”, de quem já falamos neste texto. Como esclareceram-me António Abreu, José Sousa Ribeiro, da editora Afrontamento, e João Barrote, das editoras *Escorpião/Textos Exemplares*, este senhor era um dos proprietários da Gráfica Firmeza, do Porto, onde foram impressos muitos livros de caráter político naqueles anos. O seu nome aparecia para cumprir a exigência legal de que houvesse um editor autorizado que fosse responsável pela publicação – e também para proteger os reais editores de possíveis problemas com a polícia política. Mas de fato o senhor Henrique A. Carneiro não era o editor daquelas obras, mas sim o tipógrafo responsável por sua impressão. A menção de seu nome como responsável pela edição ocorre em livros de muitas outras editoras do Porto.

Publicações Escorpião / Textos Exemplares

Editoras criadas por João Barrote em 1973. Barrote havia iniciado sua trajetória como editor na Editora Paisagem, tendo participado da nova etapa da Editora Afrontamento que se iniciou no começo dos anos 1970²⁴ e trabalhado com António Daniel Abreu na editora *Textos Marginais*, sempre no Porto²⁵.

A *Escorpião* e a *Textos Exemplares* são iniciativas do mesmo editor – João Barrote –, quase simultâneas (ambas começam em 1973), mas são editoras diferentes. A *Escorpião* era um projeto mais estruturado de editora, com coleções definidas e títulos que respondiam a um anseio de informação que crescia muito naquele momento. Já a *Textos Exemplares* era, mais do que uma editora, “uma coleção de heterodoxia”, nas palavras de Barrote: “Na *Textos Exemplares* havia um aspecto ideológico, a vontade de editar livros que eu acreditava relevantes do ponto de vista do pensamento. A *Escorpião* é uma coisa mais institucional, a grande diferença é essa, [era] uma editora que se queria uma grande editora”.

Sempre de acordo com Barrote, “o nome *Escorpião* expressava a ideia de ser uma coisa que incomodasse, é um bicho que pica, é um ‘pau na engrenagem’, como diria o José Mario Branco”, compositor português.

Estas iniciativas de Barrote estão diretamente relacionadas às suas experiências anteriores. “Vi a experiência do António Abreu [com a editora *Textos Marginais*] e a relativa facilidade do ponto de vista econômico em fazer vingar a distribuição e, portanto, sustentar a atividade”, lembra Barrote. Era um caminho natural iniciar a sua própria editora.

Barrote tinha uma ideia muito clara do que queria como editor: “Como editor eu não me comprometia diretamente com o sistema, era uma atividade de relativa liberdade, com a publicação de textos que eram socialmente úteis, o que pra mim é muito importante, estou aqui a fazer coisas que quero que sejam socialmente úteis. E sempre nas margens do sistema. [...] A partir do momento em que eu visualizei que havia a possibilidade de trabalho de uma forma autônoma, consistente do ponto de vista técnico, consistente do ponto de vista da qualidade de informação, e útil, para mim era óbvio que eu tinha que trilhar este caminho, porque resolvia duas questões ao mesmo tempo: a questão da minha própria subsistência, e a questão de exprimir, do ponto de vista ideológico, aquilo que eu acreditava”.

Tanto na *Escorpião* como na *Textos Exemplares* João Barrote era a peça-chave, o editor

²⁴ Entrevista com José Sousa Ribeiro, Porto, 24/3/2011.

²⁵ Grande parte das informações utilizadas neste item são oriundas da entrevista que realizei com João Barrote na freguesia de Arnoia, concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga, Portugal, em 22/6/2011. Todas as falas de Barrote que aqui aparecem provêm dessa entrevista.

e o coordenador de todas as atividades, sempre contando com a participação de sua esposa, Amélia, e de alguns amigos. Mas era ele a mola-mestra. Isso também era válido do ponto de vista econômico, ou seja, o investimento e os riscos eram assumidos por ele.

A Escorpião publicou antes do 25 de Abril títulos como: *Para uma crítica da economia política*, com textos de Paul Sweezy e Karl Marx (1973); *Sobre o conceito de consciência de classe*, de Georg Lukacs e Adam Schaff (1973); *Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx (1973); *Guia breve da ideologia burguesa*, de Robin Blackburn (fevereiro, 1974).

E a Textos Exemplares editou três títulos neste período: *A reprodução da vida quotidiana*, de Fredy Perlman (1973); *Consequências sociais da maquinaria automatizada*, com textos de Karl Marx e Rudi Supek (1973); e *A lenda do grande inquisidor*, de Feodor Dostoevsky (abril, 1974).

Como lembra Barrote, o êxito das editoras foi grande, pois mesmo antes do 25 de Abril “os livros vendiam-se como pãozinho quente. A 1ª edição nunca era menor que 4 mil exemplares”.

E depois do fim da ditadura as vendas continuaram muito boas, e até melhoraram. O êxito das edições permitiu até que, durante certo período, os rendimentos da Escorpião ajudassem a financiar a editora Afrontamento. “Uma parte das edições era distribuída pela Afrontamento ficando todo o produto dessas vendas para a esta editora”, revela Barrote.

Outro fator que ajudava nas boas vendas eram os preços baixos. A maior parte dos livros da Escorpião e da Textos Exemplares era formada de pequenos volumes, de menos de cem páginas e formato também pequeno (10,5 cm X 18 cm). De acordo com Barrote, isso gerava economia nos custos de produção.

Perguntado sobre o que mudou na sua atuação como editor com o 25 de Abril, Barrote responde de chofre: “Nada”. Mas em seguida completa: “Quer dizer, passamos a editar sem receios, essa foi uma mudança. As vendas aumentaram, passamos a vender sem restrições, desse ponto de vista as coisas ficaram mais fáceis. Mas não me facilitou nada a qualidade do trabalho, as dificuldades com os tradutores etc. Houve até um cuidado maior em não publicar certas coisas que eram solicitadas, por exemplo, publicar textos marxistas-leninistas. Houve alguma pressão para isso, pessoas da [distribuidora] Dinalivro pediam isso, diziam, ‘você está a perder dinheiro’”.

Houve também, após o 25 de Abril, algumas rugas com certos setores da esquerda, em função de alguns títulos publicados, que faziam críticas à União Soviética e aos seus aliados. “Houve alguns velhos conhecidos meus que chegaram a dizer: ‘Depois, quando nós chegarmos ao poder, tu vais ver’. E eu dizia: ‘Ó pá, então a PIDE não me assustava e são vocês agora que me vão assustar?’. Mas não publicar aquelas coisas seria uma traição à verdade”.

As Publicações Escorpião editaram pouco mais de 50 títulos, o último dos quais em 1978. A Textos Exemplares fez a sua última edição em 1977, e no total publicou dez títulos.

Referindo-se não só às editoras que dirigiu, mas ao conjunto de editoras de caráter político que atuou em Portugal naquele período, Barrote avalia: “O papel destas editoras foi real, mas limitado. Não se muda o mundo com livros. Os destinatários eram pessoas, muita gente terá se beneficiado disso, não tanto da literatura de caráter mais político, mas dos conteúdos sociológicos etc.”.

Editora Sementes

Editora criada em janeiro de 1974 por José Martins Soares, advogado e dirigente do MRPP que morreu num acidente de automóvel poucos meses depois, e por António José Fonseca, estudante de economia e militante do MRPP²⁶.

²⁶ Mensagem eletrônica de António José Fonseca ao autor em 31/8/2012. Todas as falas de Fonseca não identificadas provêm dessa mensagem, assim como grande parte das informações utilizadas neste item.

Fonseca colaborava como tradutor e revisor com as editoras de António Daniel Abreu e João Barrote desde 1970. Além da Sementes, Fonseca fundou também, em 1974, as Edições Estrela Vermelha, “claramente vocacionada para publicar livros ideologicamente ligados à linha política do MRPP”, de acordo com suas palavras. Ele chegou a ser dirigente do MRPP no Porto e candidato a presidente da Câmara Municipal dessa cidade.

A Sementes atuou entre 1974 e 1976, período em que editou cerca de 20 títulos. De acordo com Fonseca, as duas editoras que ele ajudou a criar tinham uma intenção totalmente política: “Na época só havia um objetivo: combater a ditadura fascista (antes do 25 Abril de 1974) e, posteriormente, divulgar a ideologia comunista. Não se pode dissociar a atuação das editoras desse aspecto”.

Os livros editados mostram a predominância absoluta de títulos oriundos dos partidos comunistas da China e da Albânia, além de alguns títulos dos clássicos socialistas, como Marx, Engels, Lenin e Stalin. Entre os títulos lançados estavam: *A nossa política económica*, de Mao Tsé-tung; *Sobre a literatura, a filosofia e a música*, de A. Jdanov (1975); *Marxismo e questões de linguística*, de Stalin (1975); *A democracia popular*, de Dimitrov (1975); *A revolução em Espanha*, de Karl Marx e Friedrich Engels (1976); *O controlo operário*, de Enver Hoxha (1976); *A guerra popular*, de N. Giap (1976).

A editora tinha uma visão marcadamente instrumentalizadora e propagandística do seu trabalho, e da cultura em termos gerais, como preconizava o MRPP. Podemos constatar isso em uma circular publicada em um dos livros da editora que afirmava: “A Editora Sementes, editora democrática e popular, tomou a iniciativa de conclamar os intelectuais revolucionários no sentido de participarem activamente na edificação de uma literatura nacional, patriótica, científica e de massas, tendo como objectivo a propaganda da teoria científica do proletariado, o marxismo-leninismo-maoísmo”²⁷.

Em 1976 a Editora Sementes cessou sua atuação, em função, ao que tudo indica, do esfriamento e da normalização da situação política após o golpe de 25 de novembro de 1975 e das eleições presidenciais de 1976. “Após o período revolucionário a procura de livros marxistas caiu e a editora não tinha planos para prosseguir, tendo terminado”, afirma Fonseca²⁸.

Fonseca abandonou a militância na década de 1980. “Estava, como muitos outros, cansado e certamente desiludido com a visão muito sectária que o MRPP seguia. Em minha opinião o esforço desmesurado em manter o jornal *Luta Popular* diário foi um erro enorme que afastou muitos militantes e simpatizantes”, avalia ele²⁹.

Fonseca tornou-se empresário na cidade de Maia, Portugal.

Algumas considerações

Com esta pequena e sintética amostra da atuação de algumas editoras políticas do Porto nos anos do Marcelismo e no pós-25 de Abril, esperamos ter demonstrado a sua importância na oposição à ditadura, num primeiro momento, e seu papel nos debates e embates políticos a partir da queda de Marcelo Caetano.

As editoras políticas no Porto fizeram parte de um movimento editorial mais amplo, de abrangência nacional. Assim como o mercado editorial português na época, o centro desse movimento era Lisboa, onde estavam dois terços das editoras políticas – a cidade do Porto

²⁷ “Circular: Sem um amplo trabalho cultural a revolução não é possível”, 1976. Pasta “Cultura”. Dossiers Temáticos, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

²⁸ Mensagem eletrônica de António José Fonseca em 9/9/2012.

²⁹ *Ibidem*.

era o segundo polo de concentração dessas editoras³⁰. Principalmente antes do 25 de Abril, algumas editoras do Porto, como a *Afrontamento* e a *Cadernos Para o Diálogo*, se destacaram por enfatizar as questões anticoloniais em suas publicações, lutando contra as determinações oficiais que visavam abafar este debate. Os católicos que se puseram na oposição a Marcelo Caetano também se destacaram no campo editorial da cidade do Porto, com pelo menos três editoras vinculadas a esse setor (*Afrontamento*, *Telos* e *Livraria Apostolado da Imprensa*).

Um ponto interessante parece ser a pequena inserção do Partido Comunista Português no mundo editorial portuense, ao menos no que diz respeito às ligações com casas editoras. Apenas uma das editoras políticas atuantes na cidade entre 1968 e 1980 era diretamente ligada ao Partido, a editora *A Opinião* – e havia uma editora com proximidade ideológica ao partido, a *Editorial Inova*. Já em Lisboa o número de editoras ligadas ao PCP chegava a sete, incluindo a editora partidária oficial, a *Avante!* No Porto destacaram-se editoras ligadas a setores de esquerda não comunista. E as demais editoras comunistas da cidade, em sua maioria, eram ligadas a grupos trotskistas ou de extrema-esquerda, que seguiam linha política diferente do PCP (*Edições do Povo*, *Textos da Revolução*, *O Grito do Povo*, *Sementes* e *Estrela Vermelha*).

Parece que no Porto, mais que no restante do país, houve no período do Marcelismo algumas editoras que se caracterizaram por um certo ecletismo político, mesclando a publicação de títulos marxistas, trotskistas, maoistas e ligados ao pensamento católico progressista. Foi o caso, por exemplo, das editoras *Latitude*, *Cadernos Para o Diálogo*, *Portugalense*, *Afrontamento*, *Escorpião/Textos Exemplares* e *A Regra do Jogo*. Isso talvez possa ser explicado, conforme o testemunho de Manuel António Ribeiro Resende, militante trotskista no Porto e fundador da *Liga Comunista Internacionalista (LCI)*, pelo fato de que, na cidade do Porto, “Nessa altura havia uma certa coexistência entre as várias correntes de extrema-esquerda e dos católicos progressistas, inclusive com os maoistas. Havia relações pessoais entre militantes de diferentes grupos, havia menos sectarismo”³¹. Resende lembra, nesse sentido, da realização de sessões de estudo de autores marxistas realizadas na residência da *JUC (Juventude Universitária Católica)*, como decorrência da abertura dos jovens católicos à sociedade em geral, o que significou, entre outras coisas, admitir não crentes nas suas residências³².

Diversificadas do ponto de vista ideológico, apesar do majoritário predomínio do pensamento de esquerda em suas fileiras, as editoras políticas que constituíram esse movimento editorial que marcou o final dos anos 1960 e a primeira metade da década seguinte, responderam a uma parte do anseio por informação – e formação – de grande parcela da população naquele momento. Colaboraram para que a história e a realidade mais recentes de Portugal comesçassem a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, contribuindo para ajudar a transformar o país. Tornaram-se um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento.

Foram também um instrumento importante para os grupos e partidos, principalmente de esquerda, que mesmo na clandestinidade buscavam informar seus militantes e simpatizantes, divulgar suas ideias e angariar novos apoios para as causas que defendiam. Forneceram subsídios aos debates, trouxeram ideias novas e reavivaram outras, dando vazão ao pensamento inovador, contestador ou simplesmente reformista.

³⁰ Flamarion Maués Pelúcio Silva, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, 99.

³¹ Mensagem eletrônica de Manuel António Ribeiro Resende em 30/8/2012.

³² Flamarion Maués Pelúcio Silva, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, 238.